

A resistência de uma universidade: análise da Comissão de Sindicância da UFMG pós-golpe de 1964

The resistance of a university: analysis of the Commission of Inquiry of UFMG after the 1964 coup

Guilherme Henrique Magalhães da Silva

Graduando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
guilherme.gmag@gmail.com

Recebido em: 28/09/20

Aprovado em: 11/03/20

Resumo: Logo após o golpe de 1964 ocorrer, as forças armadas se voltaram contra as universidades para expurgar qualquer militante de esquerda que ainda estivesse vinculado às instituições. Na UFMG¹, uma comissão foi estabelecida com o apoio do general Carlos Luís Guedes. Focada em descobrir se alguém estava vinculado a “crimes contra o Estado”, a investigação é um grande exemplo de como um grupo de pessoas pode resistir em um momento autoritário apesar do fato de que algumas pessoas estavam felizes em colaborar com o regime. O artigo a seguir pretende compreender de que maneira o corpo de diretores de departamento da universidade tentou resistir e/ou colaborar com o regime militar, e o processo de perseguição que aconteceu após o golpe civil-militar. O evento é um bom exemplo sobre como a universidade é um ambiente capaz de acomodar diferentes opiniões políticas e, ao mesmo tempo, se voltar contra forças autoritárias quando necessário.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; história da educação; UFMG.

Abstract: Days after the 1964 military coup, the army turned against the universities to purge every left-wing militant that was still linked to the institutions. On the UFMG, a commission was established with the support of general Carlos Luís Guedes. Focused on find if someone happened to be linked with “crimes against the government”, the investigation is a prime example of how a group can resist in an authoritarian moment even though some people were pleased to help with the regime. Using the files of the commission (available at the AESI archive, of UFMG), the following article try to understand how the process of accommodation, resistance and collaboration happened. The event is a good example about how a university not only can be capable of accommodate different opinions, but also turn against authoritarian forces when necessary.

¹ Para este artigo será adotada a nomenclatura Universidade Federal de Minas Gerais, ainda que a instituição se chamava Universidade de Minas Gerais no período.

Key words: civil military dictatorship; history of education; UFMG.

Introdução

O trabalho a seguir busca analisar as tentativas de resistência e colaboração com a ditadura civil-militar durante os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada na Universidade de Minas Gerais (UMG, hoje Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) após o golpe civil-militar de 1964, no dia 8 de maio do mesmo ano por meio de portaria S/N publicada pelo reitor Alúcio Pimenta no mesmo dia (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 1, maço 3, 1964). O texto toma como ponto de partida o relatório final da comissão, que contém detalhes sobre os trabalhos realizados no âmbito da investigação, assim como as respostas dadas aos questionamentos levantados pelo grupo de trabalho aos diretores das unidades acadêmicas da universidade.

É importante destacar que os documentos utilizados neste trabalho se encontram no arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) da Biblioteca Central da UFMG, apesar de este órgão de vigilância, censura, contrapropaganda e triagem de servidores públicos ter sido criado na década de 1970. Considerando o que aponta Motta (2008, p. 32) sobre o arquivo, é possível especular que este relatório tenha se tornado parte da documentação da AESI após a integração de documentos provenientes da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC). O órgão, criado em 1967, era supervisor de todas as AESI e usou como base estruturas já existentes, como as seções do Conselho de Segurança Nacional (CSN) que faziam parte de cada ministério.

Outra possibilidade, conforme também aponta Motta (2008, p. 46) em artigo sobre os arquivos dos órgãos de vigilância universitária, é o envio dos documentos pela reitoria da UFMG a estes após a sua criação. A prática, como indica o texto, ocorreu em mais de uma universidade e pode ser parte da história deste arquivo. Entretanto, em função das restrições de mobilidade impostas pelo momento excepcional em que este artigo é escrito (2020), não é possível buscar uma resposta *in loco* sobre esta questão, o que manterá a hipótese em aberto neste texto.

A análise da documentação se dá com o apoio dos trabalhos realizados por Starling, Motta e Fernandes, que se debruçaram sobre esta mesma documentação. Neste sentido, o texto a seguir alinha-se a Motta, na concepção de que os eventos de 1964 constituem uma ação militar de caráter

golpista que, com o apoio e a legitimação da sociedade civil, derrubaram um governo democraticamente eleito, tomando como base um sentimento anticomunista que superdimensionou a força dos grupos de extrema-esquerda brasileiros.

Os grupos conspiracionistas eram uma frente diversificada em termos de origem social (dele fizeram parte médicos, intelectuais, jornalistas, empresários, religiosos, militares e políticos) e ideológica (conservadores, integralistas e liberais fizeram fileira nas conspirações golpistas). Isso compôs ao golpe um caráter muito mais de negação (contra um ideal de comunismo difuso) do que proposição (MOTTA, 2008). Em outras palavras, os seus projetos de país, quando existiam, mantinham um consenso restrito à necessidade de derrotar as esquerdas e acabar com o projeto das reformas de base (no modo como estavam colocadas) que poderiam ameaçar o *status quo*.

Neste sentido, as universidades eram vistas como foco de atenção pelas forças golpistas. Além da grande presença de grupos de esquerda entre os seus membros, chamava a atenção dos grupos conservadores os debates com propostas modernizantes (como era o caso da UFMG) que eram promovidos no ambiente acadêmico. O ponto será trabalhado adiante no artigo e é uma peça importante para entender como a UFMG conseguiu tornar-se um dos grandes alvos da ditadura e a sua capacidade de mobilizar o seu prestígio para resistir e acomodar-se às tentativas de intervenção externa.

Essa designação (acomodação e resistência) será utilizada pois entende-se que o corpo institucional da UFMG, em sua maioria, utilizou-se dos mecanismos de perseguição da ditadura para resistir a ela. Em outras palavras, no lugar da simples recusa coletiva ao poder instituído, a UFMG executou a operação requisitada pela ditadura (a realização de uma comissão de sindicância), mas de tal modo que eles não apresentassem o resultado esperado (a demissão de funcionários e a expulsão de alunos que fossem classificados como "subversivos").

Como aponta Motta (2016), as estratégias de acomodação fazem parte do repertório da cultura política nacional, o que torna o caso da comissão um exemplo de situação que não pode ser classificada como exceção. Essas ações podem ser definidas como parte da nossa cultura política na medida em que este conceito é trabalhado como "um conjunto de representações, valores e padrões de comportamento políticos comuns a determinado grupo" (MOTTA, 2009, p. 21). Assim sendo,

acomodar-se e utilizar os mecanismos impostos pela ditadura civil-militar² para "explorar possibilidades abertas pelo próprio regime militar, usando-as com objetivo de atenuar o autoritarismo" (MOTTA, 2016, p. 16).

A Comissão de Sindicância, que é o foco deste trabalho, foi um dos primeiros atos da ditadura civil-militar recém instaurada no núcleo da UFMG. Ela tinha como objetivo identificar possíveis estudantes, professores e funcionários da universidade que tivessem executado atos que fossem classificáveis como "crimes contra o Estado" (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 1, maço 3, 1964). A partir da análise da documentação, é possível identificar que, apesar das tentativas de colaboração de uma parte dos seus membros, a maioria do corpo universitário mobilizou-se para garantir que a comissão realizasse os seus trabalhos apenas com empenho necessário para apresentar um texto bem reproduzido, mas sendo incapaz de identificar alguém que se enquadrasse como alvo de investigações.

Uma análise da historiografia sobre o movimento estudantil universitário durante os primeiros anos da década de 1960 nos permite concluir que as afirmações presentes no documento são fruto de uma tentativa de parcela do corpo universitário de proteger a sua autonomia perante as tentativas de intervenção externa, e não uma representação da realidade. O ambiente universitário pré e pós-golpe contava com um grande contingente de estudantes e professores aliados às ideias da socialdemocracia, do nacional-desenvolvimentismo, do socialismo, do anarquismo e do comunismo, e nenhum deles foi relatado de modo preciso no documento final da comissão.

Em conjunto com a análise do período recente da história da universidade, o texto pretende demonstrar que, mesmo sendo um ambiente politicamente diversificado, a instituição Universidade Federal de Minas Gerais (representada pelos seus departamentos, diretores, professores, técnicos administrativos, alunos e funcionários) mantém um histórico de união diante das tentativas de intervenção que busquem romper direta ou indiretamente a sua autonomia. Esta é uma história que deve ser valorizada e lembrada, demonstrando o compromisso da UFMG com a defesa de um ambiente de ensino autônomo, democrático e a favor da liberdade.

² O texto trabalhará a ditadura como civil-militar, na linha histórica adotada por Daniel Aarão Reis Filho (Cf. FILHO, RIDENTI, MOTTA (org.), 2004, cap. 1)

Da vaia à inquisição golpista

Entre os personagens mineiros envolvidos com a ditadura civil-militar, o general Carlos Luís Guedes está na lista dos que mantiveram uma relação conturbada com a Universidade Federal de Minas Gerais. A animosidade com a universidade data de antes mesmo da execução do golpe civil-militar. No dia 9 de março de 1964 – data em que o então ministro-chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, veio à capital mineira para ministrar a aula inaugural do ano letivo da UFMG – o general teve uma de suas más experiências com o ambiente acadêmico.

Instantes antes do ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) iniciar sua fala no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), o general entrou no local acompanhado de seus oficiais. Mesmo sem ter sido convidado para o evento, o reitor anunciou a sua presença, e convidou o militar para sentar-se ao lado dos outros ocupantes da mesa de abertura. A resposta que se ouviu da plateia foi uma "ensurdecadora, interminável, perturbadora" e "infernai" vaia, que Guedes suportou impassível (STARLING, 2019, p. 122).

É difícil saber exatamente o que o general pensou enquanto os estudantes mostravam que ele não era bem-vindo àquele local, mas o evento teve ao menos uma consequência a médio prazo: a Comissão de Sindicância que Guedes acompanhou, poucas semanas após o golpe militar ser deflagrado. Era necessário tirar os “subversivos” do ambiente acadêmico, especialmente aqueles que se colocavam como capazes de confrontar as Forças Armadas.

Na visão dos militares, as universidades públicas se tornaram um local de apoio a todas as mobilizações de esquerda (MOTTA, 2014). Seminários, eventos e protestos realizados nos momentos anteriores ao golpe muitas vezes tinham como origem o movimento estudantil universitário e o movimento sindical. Portanto, cabia ao regime garantir que os "subversivos" fossem removidos rapidamente do local.

Conforme lembra Motta (2014), desde os anos 1950 as instituições de ensino público superior, junto à União Nacional do Estudantes (UNE), ganharam um forte destaque nos debates públicos do Brasil. Jovens universitários e professores promoviam debates, pensavam projetos modernizantes e se articulavam politicamente no ambiente acadêmico por meio de seminários, grupos de estudos, associação a organizações políticas (não necessariamente de viés partidário) e

sindicatos. Assim, as universidades deixaram de serem ambientes formadores de bacharéis para se tornarem instituições influentes no debate político nacional.

No caso da UFMG, essas ações fizeram a universidade se tornar um foco de atenção de militares e grupos conservadores da sociedade civil. Ainda que a instituição fosse um ambiente plural, com pessoas de esquerda, direita e centristas, até mesmo a eleição de um reitor que se via como um defensor dos ideais do liberalismo (FERNANDES, 2016, p. 85) era vista como um problema graças à sua articulação a favor da reforma universitária e os seus vínculos com o PTB. Muito desse olhar, como demonstra Fernandes (2016) e Motta (2008), era fruto de uma paranoia anticomunista que superdimensionava o poder de mudança dos grupos de esquerda dentro do ambiente estudantil.

A Ação Popular, relevante grupo de esquerda fundado na capital mineira, tinha o prédio da FACE como uma de suas principais bases. Ao mesmo tempo, a esquerda católica era relevante dentro dos corredores da universidade, especialmente pela sua presença dentro da UNE. Outros grupos e partidos de esquerda, como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), também eram atuantes dentro da universidade (FERNANDES, 2016, p. 84).

Os arquivos militares já registravam nomes de professores e estudantes vinculados à UFMG nos primeiros anos da década de 1960. Como demonstra Fernandes (2016, p. 86), professores considerados como "subversivos" e/ou comunistas já estavam presentes nos relatórios do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) mineiro em períodos anteriores ao ano de 1964. As listas de professores vistos como pessoas de esquerda se uniam a outros documentos que deram base para as diferentes "operações limpeza"³ que foram realizadas pelos militares, como é o caso da sindicância que orienta este trabalho.

Foi nesse cenário em que, vitorioso o golpe, os militares começaram o processo de expurgo nas instituições públicas. Milhares de pessoas em todo o país foram presas para averiguação, e ainda que a grande maioria tenha sido liberada com o passar dos dias, as investigações continuaram. Dentre

³ Como aponta Motta (2014), a expressão "operação limpeza" foi adotada pelos agentes de Estado e seus apoiadores para demonstrar a vontade de remover das instituições políticas e governamentais todas as forças recém derrotadas após o golpe.

os presos, parte significativa sofreu violência e tortura, o que reforça a tese de que a ditadura desrespeitou os direitos humanos desde os seus primeiros momentos.

Os ataques às universidades se deram no dia do golpe. Como aponta Fernandes (2016, p. 56), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Brasil (UB, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ), tiveram prédios metralhados e invadidos por agentes do DOPS acompanhados de militantes de extrema direita. Já a UnB teve professores e alunos presos após uma invasão de militares e da Polícia Militar (PM) mineira no dia 9 de abril de 1964.

Em Minas Gerais, o general Guedes assumiu para si o papel de tutor do funcionamento da UFMG, deliberando sobre a data certa da retomada das aulas e vigiando de perto as ações da Comissão de Sindicância instaurada na universidade. Guedes foi um dos principais conspiradores para a derrubada do governo de João Goulart, e manteve contato com grupos empresariais, o governador Magalhães Pinto, o comandante da Polícia Militar mineira e oficiais norte-americanos (PAULA, LATTMAN-WELTMAN, 2010). Durante o golpe, foi responsável por mobilizar as tropas militares da Infantaria Divisionária da 4ª RM (ID-4) e da PM mineira na direção do Rio de Janeiro à mando do general Olímpio Mourão Filho, antecipando as atividades golpistas.

Guedes tinha um papel de destaque na conspiração mineira. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) conseguiu, por meio de uma entidade chamada "Novos Inconfidentes", mobilizar uma "frente conservadora-oposicionista[...], altamente heterogênea, mas com forte ascendência em seu interior de 'elite tradicional' do estado" (STARLING, 1986, p. 90). Ela foi capaz de promover atos de desestabilização contra o governo Goulart e mobilizar recursos para o golpe civil-militar ser consumado. Para o IPES, Guedes deveria representar a liderança operacional das ações golpistas e, assim, ocultar a liderança do instituto na articulação do golpe (STARLING, 1986, p. 73).

O aviso n.º 705 (MEC, 1964), enviado ao gabinete do reitor diretamente de Brasília, era taxativo. A universidade deveria criar uma comissão para identificar todos aqueles que tivessem cometido "crimes contra o Estado e a ordem política e social". Em até 30 dias, um relatório deveria ser criado. Nele, os nomes de cada "subversivo" que circulasse pelos prédios acadêmicos deveriam ser listados para que o documento fosse enviado ao gabinete do ministro da Educação e Cultura. Também lembrava ao reitor que era necessário manter-se vigilante contra qualquer atividade que

comprometesse a "paz social e a reintegração da ordem jurídica e democrática" (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 1, maço 3, 1964).

Se os estudantes que prestigiaram Darcy Ribeiro tinham como arma as suas vaías, os funcionários da universidade mostraram que nenhum militar de alta patente era capaz de vencer uma burocracia estatal bem organizada. Diretores se articularam nos dias seguintes para demonstrar que os prédios da universidade mineira abrigavam, em sua grande maioria, pessoas que os militares poderiam classificar como "comprometidas com os ideais da nação", ou seja, que não fossem esquerdistas.

Quando a burocracia estatal entra em ação

O Conselho Universitário se prontificou em atender às demandas do aviso enviado pelo ministro da Educação, Flavio Suplicy. Nas unidades escolares, nas faculdades, na reitoria e em seus prédios anexos, o reitor nomeou comissões, cada uma com três membros, para identificar pessoas que tivessem realizado as ditas atividades contra a segurança nacional. Todos os dados levantados seriam direcionados a uma comissão composta por cinco membros, sendo eles quatro professores e um universitário, que criariam o relatório final (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 1, maço 3, 1964).

Os professores Levindo Furquim Lambert (também nomeado presidente da Comissão de Sindicância e diretor do Conservatório Mineiro de Música), Caio Benjamin Dias, Francisco de Assis Castro e Mário Barbosa, junto com o aluno Paulo Roberto Diniz, teriam cinco dias para apresentar um relatório sobre as suas ações conforme a portaria publicada pelo reitor (PIMENTA, 1964). Assim, que os trabalhos começaram, o grupo se colocou à disposição da comunidade acadêmica para receber denúncias durante o horário comercial, em uma sala no quinto andar da Faculdade de Ciências Econômicas (Arquivo AESI/UFMG, Caixa 1, maço 3, 1964). Além disso, solicitaram dados aos generais Manoel Francisco Pacheco (que era responsável pela realização de Inquéritos Policial Militar – IPM – em todo o território mineiro) e Carlos Luis Guedes, e ao DOPS/MG (FERNANDES, 2016, p. 95).

As dificuldades em atender ao ímpeto autoritário de Guedes se mostraram presentes desde os primeiros momentos de funcionamento da Comissão. O Conselho deixou claro que não realizaria qualquer tipo de deliberação a respeito dos fatos apurados pela Comissão – não existiam meios financeiros para isso e tão menos recursos legais para tal fim. Também alertou que qualquer pessoa

que já estivesse sendo investigada por alguma outra comissão não estaria sujeita a deliberações a respeito do tema por parte da Comissão. Mesmo assim, o reitor pediu aos diretores que fosse realizada uma forte vigilância em seus prédios. O “perigo comunista”, afinal, ainda rondava as faculdades mineiras.

Uma vez iniciadas as atividades, os problemas surgiram. O que seria “crime contra o Estado”? – perguntavam os responsáveis pela investigação. Esclarecer tal conceito exigia mais do que uma simples busca ao dicionário. Um dia de trabalho foi jogado fora, até que o consultor jurídico da universidade, Celso Agrícola Bardi, entrasse em ação após uma solicitação ser enviada ao gabinete do reitor (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 5, 1964).

Bardi buscou no Ato Institucional (AI-1)⁴ a indicação do que deveria ser considerado um crime contra o Estado pois, na doutrina dos penalistas, a definição não era encontrável. Assim, a partir do primeiro parágrafo do sétimo artigo do AI-1, apontou que seriam classificadas como problemáticas as ações que atentassem contra a “segurança pública do país, o regime democrático e a probidade da administração pública” (BARDI, 1964). Não deixou de afirmar, porém, que somente o Conselho Universitário, em uma reunião que dificilmente seria executada a tempo dos trabalhos serem concluídos, poderia entregar uma interpretação mais precisa.

Problema contornado, era hora de colocar as mãos na massa e avaliar se cada unidade tinha “grandes e perigosos comunistas” em seus quadros. No seu terceiro dia de trabalho, a comissão enviou aos diretores de cada prédio um documento reservado, solicitando, em 24 horas, informações sobre qualquer pessoa que pudesse ser enquadrada na definição de “crimes contra o Estado” adotada ou que estivesse filiada à “ideias extremistas” (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 5, 1964). Também solicitaram os nomes de todos os alunos que estavam matriculados naquele ano.

Com agilidade, as páginas de respostas dos diretores e da reitoria foram enviadas para a sala do prédio onde a comissão se encontrava. Poucas agradariam o general Guedes, uma vez que a maioria dos diretores não pensou duas vezes em ignorar as organizações de esquerda que viviam sob as suas asas.

⁴ O Ato Institucional n.º 1 foi assinado no dia 9 de abril de 1964 pelo Comando Supremo da Revolução e, além de dar as bases legais para a ditadura civil-militar, permitiu que o regime suspendesse, por dez anos, os direitos de cargos de funcionários públicos, militares e parlamentares considerados contrários ao regime, o que deu aos militares a força necessária para afastar grande parte dos opositores das instituições do Estado brasileiro.

O comunicado feito pelo reitor foi sintético. Disse, no espaço de poucas linhas, que nenhum diretor que nos prédios de ensino trabalhava havia demonstrado filiação a ideias extremistas. O Curso de Belas Artes pintou, com a tinta da máquina de escrever, três linhas para informar que a direção não tinha documentação capaz de atender ao pedido da Comissão (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964).

O diretor da Escola de Arquitetura informou que a Congregação da Escola já realizava uma investigação para apurar as responsabilidades referentes a um manifesto publicado na imprensa da capital contra as ações dos militares. Os trabalhos também apuraram denúncias secundárias com o apoio do General Manoel Francisco Pacheco. Portanto, somente após a conclusão do inquérito a direção seria capaz de informar com precisão se existiam pessoas "subversivas" em suas dependências (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964).

Edmundo Bezerril, diretor da Escola de Engenharia, avisou que a diretoria desconhecia qualquer pessoa que praticasse atos contra os interesses da nação. Avisou, porém, que se fosse necessário, a comissão poderia averiguar todas as pastas de arquivos da faculdade em busca de sinais de subversão (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964). Entretanto, três dias antes do envio do ofício à Comissão de Sindicância, o diretor recebeu de Jayme Ferreira da Silva Júnior a denúncia de um panfleto contra a ditadura civil-militar que estaria circulando nas dependências da faculdade (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964). Segundo comunicação enviada à comissão, o próprio diretor da Escola de Engenharia teria investigado o caso e chegado à conclusão de o documento dificilmente teria sido produzido dentro da universidade (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964).

A análise das respostas dadas por diretores de outros prédios permite concluir que os mesmos adotaram uma postura que pode ser classificada como "má vontade travestida de formalismo" que faz-se pensar se as suas respostas não teriam sido escritas pela mesma pessoa. A Faculdade de Medicina, local em que recursos financeiros tradicionalmente não faltam, informou com semelhante formalidade que não contava com os elementos necessários para realizar as sindicâncias (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964). Já o vice-diretor da Faculdade de Odontologia foi além: avisou que no seu prédio não existiam alunos, membros do corpo administrativo ou professores que fossem praticantes de "ideias extremistas". Lembrou também, que

se fosse o caso, um inquérito já teria sido aberto para apurar tais irregularidades a partir das regras do regimento da instituição (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964).

A Escola de Biblioteconomia informou que existiam dois elementos que foram impedidos de participarem das eleições para o Diretório Acadêmico (D.A) – por motivos desconhecidos. A diretora Maria Martha de Carvalho também se prontificou a avisar que, desde que se colocou à frente da direção do prédio, jamais encontrou algum fato que poderia levar alguém de seu corpo administrativo, docente e discente, como praticante de atividades contrárias aos interesses da nação (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964).

Na Veterinária, o vice-diretor em exercício foi incapaz de apontar quaisquer denúncias da existência de pessoas que estivessem enquadradas em semelhantes características em seu ambiente de ensino (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 5, 1964). O professor Alberto Teixeira Paes, diretor da Faculdade de Farmácia e Bioquímica, afirmou que não tinha registros ou informações que permitissem a ele indicar para a "patriótica Comissão" que alguém estava envolvido com “atividades subversivas” (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 5, 1964).

A Faculdade de Filosofia fez um longo relatório que dizia muito, mas não falava nada. O vice-diretor em exercício lembrou que estava no cargo há pouco tempo, algo que já reduzia a sua capacidade de apontar a presença de “elementos que tenham desenvolvido atividades subversivas” (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964) em suas dependências. Mas Emanuel Brandão também se preveniu, lembrando que cinco professores e dois alunos foram detidos pelas autoridades dias antes para interrogatório (alguns inclusive estavam retidos enquanto ele digitava a sua resposta), segundo tinha tomado conhecimento por meio dos jornais da capital mineira – algo que também não deveria ser um indicativo de que eles deveriam ser considerados suspeitos de desenvolverem atividades "subversivas" (ou que eles seriam os únicos a fazê-lo).

Nem todos os membros da comunidade acadêmica adoram excessos de formalismos para se negarem a apontar as pessoas que se articulavam contra a ditadura civil-militar em seus prédios. Chama atenção a resposta do diretor da Faculdade de Direito, Alberto Deodato Maia Barreto. Apesar de membro do grupo "Novos Inconfidentes" (STARLING, 1986, p. 347), a sua resposta destacou apenas que, ao longo dos cinco anos em que esteve à frente do cargo, nenhum funcionário foi vítima de inquérito para apurar atos de improbidade. Barreto também afirmou que desconhecia a

execução de investigações pelos seus antecessores. É de se supor, porém, que a sua filiação aos Novos Inconfidentes levaria o diretor a ter uma colaboração mais ativa com os trabalhos da comissão, como ocorreu por parte de outros membros da universidade (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 21, 1964).

A sua longa resposta foi complementada com o registro de que todos os programas do curso foram aprovados pela Congregação responsável. Inexistiam, ao seu olhar, rumos ideológicos nas aulas dos professores que pudessem ir de encontro às ideias dos militares. Os professores e demais funcionários, por sinal, não teriam demonstrado solidariedade a todos os atos de apoio que teriam ocorrido após a posse de João Goulart – outro sinal de que comunistas ali não existiam. Não que ele tivesse tomado conhecimento. Como um bom formado em direito, concluiu afirmando que as suas palavras diziam respeito apenas àquilo que se passava no prédio sob sua guarda e que os órgãos competentes deveriam informar, caso fosse necessário, mais dados sobre as ideologias de qualquer cidadão brasileiro.

No prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, reações pouco amistosas também foram registradas. Elas fizeram o diretor do departamento, o professor Rodolpho de Abreu Bhering, assim como a chefe do Departamento de Economia, Maria Carmen Carvalho de Souza, parecerem pessoas tímidas. Ambos negaram, em poucas páginas, terem conhecimento do exercício de atividades contrárias aos interesses da nação – exemplo seguido pelo diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964).

O tom escalou nas respostas dos departamentos de Administração de Empresas e Administração, que não dispensaram vocabulário para reafirmar que nada encontraram. O chefe do departamento de Administração de Empresas, Oswaldo de Abreu Junqueira, lembrou que ali ninguém tinha tempo para política – algo que, para ele, seria natural ao tipo de curso que ali se fazia.

Professores e alunos estudavam e estavam ligados aos quadros das principais empresas da capital, e o caráter empresarial das suas atividades não permitiria que estas pessoas se rendessem aos desvios das práticas políticas. Afinal, todos eram dotados de uma consciência que os impedia de realizar "atividades extra econômicas" (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964).

Já o chefe do departamento de Administração Pública, o professor Celso Cordeiro Machado, foi enfático ao lembrar que jamais tomou conhecimento de “ato de aluno, funcionário, ou professor,

que pudesse ser caracterizado como contrário à probidade administrativa” (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964) sendo executadas por aqueles que faziam parte do departamento. Ao tratar das posições ideológicas de seus membros, afirmou que respeitava, de modo escrupuloso, a liberdade de cátedra e a livre manifestação de pensamento. Foi além e lembrou que, em nenhum momento de sua carreira policiou as ideias de seu corpo acadêmico. Portanto, seria incapaz de apontar “ações subversivas” ligadas ao seu departamento.

Quem já tinha abandonado os cargos de comando também partiu em defesa da Universidade e de seu corpo estudantil e profissional. Este foi o caso do antigo chefe do Departamento de Sociologia e Política da faculdade, o professor Júlio Barbosa. Barbosa parou as suas atividades para registrar formalmente que não seria capaz, "em sã consciência", de apontar que algum professor ou aluno bolsista tenha praticado “atividades contrárias à segurança do País” (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964).

Ao seu lado unia-se o ex-chefe do departamento de Ciências Econômicas, Idalmo Motta. Afirmou que, enquanto ocupou o referido cargo, jamais tomou conhecimento de professores ou alunos que tenham praticado atos contrários aos interesses do país. Da mesma maneira, o ex-chefe não saberia apontar se alguém tinha filiação a “ideias extremistas” (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964).

Por maiores que tenham sido os esforços de esconder os nada perigosos estudantes subversivos, a Comissão de Sindicância acabou por encontrar alguns relatos de atividades suspeitas e notas de apoio aos seus trabalhos. Uma vez em posse de dados sobre os alunos, o chefe do Departamento de Vigilância Social, Fábio Bandeira de Filgueiro, enviou ofício ao presidente da Comissão informando que algumas pessoas estavam listadas em seus arquivos com antecedentes suspeitos (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 5, 1964).

Quanto aos apoios, assim que os trabalhos da Comissão se iniciaram, chegou à mesa do professor Levindo Lambert um documento enviado da Faculdade de Medicina em apoio ao golpe. Assinado por um grupo de 23 médicos e professores vinculados ao departamento e direcionado ao general Guedes, o documento dava total apoio a uma investigação em curso e alerta sobre a possibilidade de alunos estrangeiros estarem envolvidos em atividades políticas. A nota recomendava

punir aqueles que estavam envolvidos com o espetáculo “depravante, deprimente e humilhante” (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 05, 1964), que teria sido a aula dada por Darcy Ribeiro.

A punição, segundo os 23 signatários da carta, deveria ser exemplar. A universidade era um “relicário da cultura mineira”. Assim sendo, era importante garantir que “jamais alguém tente novamente deslustrar, humilhar e achincalhar” o ambiente de ensino público. Além disso, as intervenções dos golpistas deveriam sanear o regime democrático e garantir que o respeito entre alunos e professores fosse reestabelecido – algo que só seria possível com a punição de quem estava envolvido no “comício comunista” realizado por alguém que “despunderada e cinicamente, ostentava o título de comunista”.

Já a Congregação do Conservatório Mineiro de Música (atual Escola de Música da UFMG) aprovou, com unanimidade, um voto de aplausos e de irrestrita solidariedade “ao movimento revolucionário chefiado em Minas Gerais pelos valorosos generais Olímpio Mourão Filho e Luiz Carlos Guedes⁵” (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 24, 1964). Indo além, o Conselho Universitário não deixou de entrar para a história como apoiador das ações dos generais, assim como os atos do governador José de Magalhães Pinto. Seguindo proposta do diretor da Faculdade de Medicina, Oscar Versiani Caldeira, manifestou “seus aplausos aos que souberam reconduzir o Brasil aos caminhos que assegurarão o bem estar, a justiça social e a harmonia dos poderes constituídos” (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 24, 1964).

No Conservatório de música, uma aluna foi apontada como “desatenciosa e agressiva em relação ao corpo docente”, o que também não indicava que fosse partidária de “ideias extremistas” (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 19, 1964) – apenas que a aluna provocava atritos e ofendia a honra dos professores. Guedes, aliás, poderia ficar despreocupado: a aluna já estava punida por tais atos de acordo com as normas cabíveis pelo seu comportamento que comprometia a harmonia necessária para o ambiente acadêmico.

Houve professor da Escola de Arquitetura que, ao tomar conhecimento das atividades pelo jornal O Diário, se prontificou a entrar em contato com a Comissão. José Geraldo de Faria, professor catedrático da escola, enviou à Comissão uma carta alertando que estava pronto para

⁵ O documento original lista o nome do general Guedes incorretamente. A reprodução manteve a transcrição *ipsis litteris*.

apontar nomes de “movimentos de agitação ali eclodidos, bem como apontar nomes de alunos e ex-alunos, os quais, responsáveis por esses movimentos, conturbaram a vida da Escola e deram a Nação incalculáveis prejuízos” (Arquivo AESI/UFMG. Caixa 1, maço 22, 1964). Lembrou, também, que vários estavam envolvidos nas ocupações de junho de 1962.

Era de se esperar que isto ocorreria. No dia 8 de abril de 1964 (UFMG, 1964), quando o Conselho Universitário se reuniu para decidir se retomaria as aulas ou não, o professor Oscar Versiani Caldeira, da Faculdade de Medicina, consultou o reitor sobre a possibilidade de se aprovar uma moção de aplauso ao golpe. Aluísio Pimenta prontamente recusou a ideia, lembrando que a universidade estava proibida de se manifestar politicamente conforme o seu regimento.

Oscar Versiani insistiu em sua ideia junto a outros membros, que era necessário apurar o conteúdo da nota antes de afirmar o seu conteúdo político. O texto afirmava que a universidade sempre se manteve contrária aos "movimentos de desagregação da Universidade" e que o Conselho Universitário manifestaria "aplausos aos que souberam reconduzir o Brasil aos caminhos que assegurarão o bem estar (*sic*), a justiça social e a harmonia dos poderes constituídos" (UFMG, 1964).

Mas enquanto o professor Rodolfo Bhering avaliava junto à Comissão de Legislação da universidade o eventual caráter político do texto, o professor Jayme Ferreira da Libra Junior apontava que os membros ali presentes eram capazes de tomar essa decisão sozinhos. Também reforçava que a universidade não era apenas uma instituição de ensino, mas também um local voltado para educar as pessoas. Ao fim e ao cabo, votaram contra a moção apenas três pessoas: o professor Moacir Gomes de Freitas e os estudantes Rosalvo Miranda Moreno e Antônio Moreira Rios.

Findados os trabalhos na tarde do dia 15 de maio de 1964, o conselheiro e professor Francisco de Assís Castro redigiu as dez páginas do relatório final da Comissão de Sindicância. O texto é sintético e formal em suas mentiras. São listadas com boa quantidade de detalhes as tentativas – sem sucesso – de encontrar comunistas na universidade. Mas, apesar dos grandes esforços, o texto se demonstra incapaz de apontar nomes para o General Guedes perseguir.

Lembrou que a Universidade tinha em seu corpo de funcionários, professores e alunos, mais de 15.000 pessoas vinculadas. Afirmou o caráter público da instituição e o seu papel em formar a

elite intelectual e profissional do país. Não deixou, também, de reafirmar que a UFMG era o principal órgão de ensino superior do estado mineiro.

Cada palavra elogiosa direcionada à UFMG não era sem motivo. Uma instituição de tamanha relevância cívica não se furtaria a cumprir "as determinações do Snr. Ministro da Educação e Cultura do Governo Revolucionário, legalmente institucionalizado" (UFMG, 1964, p. 2). Justamente por isso, os membros da Comissão de Sindicância atuavam de modo impessoal, evitando qualquer tipo de impulso corporativista para proteger os membros da comunidade acadêmica que estivessem envolvidos com "atividades subversivas". Ao menos foi isso o que o relatório registrou.

Afirmou que, em visita ao General Manoel Francisco Pacheco, os membros da comissão foram informados de que a referida autoridade já realizava uma série de investigações sigilosas sobre a presença de subversivos no ambiente universitário. Porém, o militar informou que não poderia compartilhar os resultados já obtidos com a Comissão, tão menos liberar os estudantes retidos para depoimento, pois estes estariam incomunicáveis. Lembrou também que, quando os membros da Comissão solicitaram ao General Guedes um assessor militar para os seus trabalhos, foram informados não só que não havia a necessidade de tal apoio, como também de que os militares já estavam executando os seus inquéritos por conta própria.

Nas suas conclusões, o relatório se alinhou aos diretores e chefes de departamento para lembrar que nada conseguiu encontrar. Faltaram recursos e tempo para identificar qualquer nome que fosse possível associar a práticas de improbidade e contra o Estado e a ordem pública nacional. Como todas as contas da universidade foram aprovadas pelo Tribunal de Contas da União, nenhuma avaliação sobre elas fora realizada. Lembrou que caberia aos militares investigar se os estudantes estrangeiros da Faculdade de Medicina estariam envolvidos em atividades subversivas. Da mesma maneira, seria de responsabilidade dos militares conversar com o professor José Geraldo de Faria, da Escola de Arquitetura, uma vez que a Comissão não teve tempo para tanto.

O relatório concluiu alertando que o perigo comunista não tinha sido extinto. Era, portanto, necessário se manter vigilante contra uma ameaça que estava presente nas entranhas dos órgãos públicos. Mas não sem reafirmar que ninguém deveria ser punido pelas suas ideias, "mas sim diante de provas que demonstrem participações em processos de corrupção" após o devido processo legal.

Conclusões

A atitude da comunidade acadêmica permitiu que a UFMG se tornasse, nos primeiros anos do regime, uma das instituições que melhor conseguiu se articular para impedir que os militares influenciassem na sua autonomia (STARLING, 2019). Tal qual Roberto Marinho (MOTTA, 2015), a universidade optou por cuidar dos seus comunistas, lutar contra o regime e transformar a sindicância dos militares em um desperdício de dinheiro público.

Os documentos analisados para este artigo mostram como os diretores de vários departamentos resistiram às tentativas do regime de perseguir estudantes. Assim, foi possível retardar o início da operação de limpeza dentro de uma instituição que era vista pela parte conservadora da sociedade como um ninho de formação de revolucionários dentro da capital das Minas Gerais. Funcionou, pelo menos naquele momento.

Em julho do mesmo ano, quando foram encontrados panfletos estudantis na Faculdade de Filosofia, o general partiu em direção ao prédio e decretou nova intervenção na UFMG (MOTTA, 2014). Designou o coronel Expedito Orsi Pimenta, professor do Colégio Militar, para a missão. Teve sucesso – por cinco dias – e afastou cinco estudantes suspeitos de distribuir os panfletos e alguns professores.

No mês seguinte, o general Carlos Luís Guedes assumiu em caráter interino a 4ª Região Militar, e não pensou duas vezes em marchar na direção do Campus para realizar uma nova intervenção. O alvo desta vez seria a reitoria (MOTTA, 2014). O coronel Pimenta outra vez entrou em ação e afastou todos os estudantes e professores que estavam sendo investigados. Novamente, a universidade resistiu. O reitor se articulou com o governador mineiro, o ministro da Educação e até mesmo o ministro da Justiça e garantiu outra vitória: em menos de 24 horas, Castelo Branco suspendeu a intervenção e despachou o general Guedes para São Paulo (STARLING, 2019).

Como demonstra Fernandes (2016, p. 96-100), o relatório apresentado pela Comissão de Sindicância serviu apenas para que a instituição comprasse algum tempo diante do desejo dos militares de caçarem comunistas em seus corredores. Guedes deixou claro para o reitor que as conclusões do relatório da Comissão de Sindicância seriam tratadas como elas realmente eram: fruto de falsificação da verdade (PIMENTA, 1985, p. 35 e 36). As pressões contra a universidade não cessaram e, nos momentos em que os órgãos de vigilância não solicitavam dados dos estudantes e funcionários, eles se voltaram para intervir diretamente no dia a dia do campus executando ações

como o bloqueio à contratação de profissionais, a demissão e a expulsão de quem fosse considerado como membro da oposição e a prisão de membros do seu corpo docente e discente.

Após o fim do regime militar, é difícil citar outras situações em que a UFMG recebeu ataques externos tão fortes do braço armado do Estado. Um deles foi em 2017. Na manhã do dia 6 de dezembro, oito pessoas foram alvo de condução coercitiva em uma operação da Polícia Federal batizada de Operação Esperança Equilibrista (FLORES, 2017). Entre elas, estavam entre elas o reitor, Jaime Arturo Ramires, a vice-reitora, Sandra Goulart, dois ex-reitores e dois ex-vice-reitores.

Segundo a polícia, havia a suspeita de que a Fundep (Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa) teria direcionado indevidamente verbas que deveriam ser gastas na construção do Memorial da Anistia Política da UFMG. Para os investigadores, R\$ 3,8 milhões teriam sido usados em outros projetos e no pagamento de bolsas a alunos que não faziam parte da instituição (TOLEDO, 2017).

O movimento dos policiais federais juntou novamente a comunidade acadêmica, que não hesitou em se articular e protestar contra as ações dos policiais. Professores, alunos e servidores foram até a frente da superintendência da Polícia Federal para protestar. À tarde, se uniram na frente da reitoria para reforçar que a universidade resistiria a qualquer tentativa de repressão e mobilizaria membros da sociedade civil em sua defesa.

Os casos mostram que, seja em tempos democráticos ou autoritários, a comunidade acadêmica da UFMG sempre estará a postos para se proteger de qualquer avanço autoritário movido por um general, um procurador ou um policial. E, em tempos de crescente autoritarismo, essas histórias são uma boa lembrança de que, existindo a necessidade, todos os prédios podem se unir e lutar, das maneiras que forem possíveis, para garantir a sua liberdade e autonomia.

Fontes

Ato Institucional n. 1, 9 abr. 1964.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Aviso n. 705**. Brasília, 1964.

BARDI, Celso Agrícola. **Parecer n. 8/64**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1964.

Cx 1, maço 3, Arquivo Aesi/UFMG.

Cx 1, maço 5, Arquivo Aesi/UFMG.

Cx 1, maço 19, Arquivo Aesi/UFMG.

Cx 1, maço 21, Arquivo Aesi/UFMG.

Cx 1, maço 22, Arquivo Aesi/UFMG.

Cx 2, maço 24, Arquivo Aesi/UFMG.

Referências bibliográficas

FILHO, Daniel Aarão Reis. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: FILHO, Daniel Aarão Reis, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. **Professores universitários na mira das ditaduras: a repressão contra docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981) no contexto das reformas do ensino superior**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FLORES, Paulo. A ação da Polícia Federal na UFMG. E a reação de alunos e professores. **Nexo Jornal**. São Paulo, 6 dez. 2017. Disponível em: <nexojornal.com.br/expresso/2017/12/06/A-a%C3%A7%C3%A3o-da-Pol%C3%ADcia-Federal-na-UFMG.-E-a-rea%C3%A7%C3%A3o-de-alunos-e-professores>. Acesso em: 30 jun. 2018.

MOTTA, Aydano André. Tem comunista na Redação. **O Globo**. Rio de Janeiro, 21 jul. 2015. Sociedade. Disponível em: <oglobo.globo.com/sociedade/tem-comunista-na-redacao-16867016>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Cultura Política na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 13-37.

_____. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo** (Rio de Janeiro), v. 21, n 2, p. 45-66, jul./dez. 2008.

_____. Os olhos do Regime Militar nos campi. As Assessorias de Segurança e Informações das Universidades. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 9, p. 30-67, 2008.

PAULA, Christiane Jalles de, LATTMAN-WELTAMN, FERNANDO (Org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2010. Disponível em: <cpdoc.fgv.br>. Acesso em 20 dez. 2020.

PIMENTA, Alúcio. Universidade. **Universidade:** a destruição de uma experiência democrática. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 35 e 36.

TOLEDO, Marcelo. PF obriga reitor e vice da UFMG a depor sobre suposta fraude em obra. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, 07 dez. 2017. Cotidiano, p. B3.

STARLING, Heloisa M. **Campus UFMG.** Belo Horizonte: Conceito, 2019. (BH – A cidade de cada um, 33).

_____. Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho Universitário. **Atas do Conselho Universitário de set. de 1963 a ago. de 1964.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Relatório final da Comissão de Sindicância nomeada pelo Conselho Universitário com a função de apurar crimes contra o Estado Brasileiro.** Belo Horizonte, 1964.